

NOVEMBRO 2023

56ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA



“Dr. Fantástico” no Supremo

Depois de terem assumido o papel de vítimas, acusadores, investigadores e julgadores, agora o STF e seus ministros acrescentam o de “assistente de acusação extemporâneo”

O que é o “Manifesto Capitalista”, elogiado por Elon Musk

Referendo aumenta temor de guerra na América do Sul

Índice

Editorial: “Dr. Fantástico” no Supremo **03**

Sergio Moro: Perdendo a guerra contra o crime **10**

J.R. Guzzo: Governo Lula quer a manutenção e o aumento ininterrupto do déficit público **20**

Governo Lula assume plano de interferir na gestão de empresas privadas **27**

Discurso agressivo da Venezuela e referendo aumentam temor de guerra com a Guiana **41**

PCC-Hezbollah: conexão investigada há 23 anos tem treinamento armado e financiamento de terrorismo **54**

O que é o “Manifesto Capitalista”, elogiado por Elon Musk **62**



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



Os ministros do STF Alexandre de Moraes e Dias Toffoli. | Foto:

EDITORIAL

“Dr. Fantástico” no Supremo

A Procuradoria-Geral da República enviou ao Supremo Tribunal Federal um recurso que pode ser resumido em uma pergunta simples: o que está valendo no Brasil, a lei processual ou a

vontade incontestável dos ministros do STF? A procuradora-geral interina, Elizeta Ramos, e a vice-procuradora-geral Ana Borges Coêlho acionaram o Supremo para contestar a mais nova aberração jurídica promovida pelo relator Dias Toffoli em um inquérito que já está repleto de características muito incomuns: a investigação sobre a suposta agressão ao ministro Alexandre de Moraes no aeroporto de Roma. Moraes e sua família foram aceitos como assistentes de acusação na sexta-feira, dia 27.

A irregularidade não está exatamente no fato de que a vítima figure em um processo como assistente de acusação – esta hipótese está prevista nos artigos 268 a 273 do Código de Processo Penal. O que torna ilegal a decisão de Dias Toffoli é o fato de que, segundo o CPP, o assistente de acusação só pode entrar em cena a partir do

momento em que há uma ação penal em curso – ou seja, depois que o Ministério Público tenha oferecido a denúncia, e que esta denúncia tenha sido aceita pela Justiça. Obviamente, este não é o caso em tela, pois todo o episódio do aeroporto ainda está em uma fase anterior, a da investigação, na qual não se admite a presença da figura ora atribuída por Toffoli a Moraes e sua família. Afinal, como seria possível haver um assistente de acusação se ainda nem chegou a haver acusação? Como se não bastasse, o artigo 272 ainda prevê que “o Ministério Público será ouvido previamente sobre a admissão do assistente”, o que não ocorreu.

Este não é o único ponto questionado no recurso da PGR, que tenta reverter outra atitude escandalosa de Toffoli: os enormes obstáculos impostos por ele para que a defesa de Alex

Zanata e do casal Roberto Mantovani e Andreia Munarão tenha acesso aos vídeos do aeroporto, enviados pela Justiça italiana e que continuam sob sigilo, apesar dos pedidos não só da defesa, mas também da Ordem dos Advogados do Brasil. O advogado do trio pode até assistir às imagens, mas em local específico e sem poder fazer cópias que a defesa poderia encaminhar a uma perícia. Com isso, prevalece apenas a versão da Polícia Federal em um relatório tão inconsistente quanto subjetivo, no qual aparecem apenas imagens congeladas e a interpretação bastante parcial do responsável pelo texto.

A esse respeito, é preciso lembrar que, mesmo com toda a tentativa de se controlar a narrativa em benefício de Moraes e contra os investigados, a versão “oficial” começa a apresentar furos. A análise da polícia italiana

chegou a conclusões diferentes daquelas da PF, e o presidente da Associação dos Peritos Criminais Federais (APCF), Willy Hauffe Neto, apontou vários problemas no procedimento adotado pela PF, a começar pelo fato de a análise do vídeo ter sido feita por um agente, e não por um perito. Em vez de responder às objeções de forma técnica, a PF partiu para a retaliação: a corregedoria do órgão abriu processo disciplinar contra Hauffe e, de acordo com a revista Veja, o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, teria reclamado que os peritos estariam colaborando para a “defesa dos agressores”. O palavreado, além de mostrar uma absurda falta de isenção da parte do órgão responsável pela investigação, deixa subentendido que, no fim das contas, o veredito já está dado. Nada muito diferente, aliás, do que vem ocorrendo nos julgamentos do 8 de janeiro,

onde o mero fato de estar na Praça dos Três Poderes tem bastado para que os réus sejam condenados a penas que ultrapassam os 15 anos de prisão.



Depois de já terem assumido o papel de vítimas, investigadores, acusadores e julgadores, agora o STF e seus ministros acrescentam o de “assistente de acusação extemporâneo”

No clássico Dr. Fantástico, de 1964, o ator Peter Sellers interpreta três papéis: o personagem-título, o presidente dos Estados Unidos, e um oficial britânico que tenta impedir um ataque nuclear norte-americano contra a União Soviética – um quarto papel chegou a ser escrito com o ator em mente, mas Sellers não

chegou a interpretá-lo alegando cansaço e uma contusão. Já no STF de 2023 este cansaço não existe; a corte e seus ministros assumem tranquilamente o papel de vítimas, investigadores, acusadores e julgadores, agora acrescentando o de “assistente de acusação extemporâneo”. Fazem-no ao arrepio da lei, que jamais permitiu este acúmulo de funções, e com isso devastam o devido processo legal e o direito à ampla defesa como a guerra atômica devasta o mundo na sátira de Stanley Kubrick – a diferença é que a ficção ao menos faz rir, enquanto a realidade não tem a menor graça.



[Voltar ao índice](#)



A equivocada política ultragarantista do governo federal infelizmente contamina parte de nosso Judiciário. | Foto: Steve Buissinne/Pixabay

OPINIÃO

Sergio Moro

Perdendo a guerra contra o crime

As vidas de Paulo e de Alcides estavam destinadas a se cruzar de uma forma trágica. Alcides Medeiros está vinculado a vários

episódios criminais. Aparentemente, faz do crime e da violência seu modo de vida, além da conexão ao mundo das drogas. Paulo Torres era um juiz de 69 anos, então titular da 21.^a Vara Cível de Recife, com longa carreira no Judiciário, tendo ingressado, por concurso público, em 1989. Segundo informações do Tribunal de Justiça de Pernambuco, era conhecido por Paulão e “era muito querido por todos que fazem o Judiciário pernambucano”.

No dia 19 deste mês, o juiz Paulo resolveu caminhar pela Praia do Paiva, no Cabo de Santo Agostinho. Ao retornar para sua casa, em Jaboatão dos Guararapes, de carro, seu veículo foi abordado por três indivíduos, um deles Alcides Medeiros. Embora os fatos ainda estejam sendo apurados, o juiz foi alvejado por um tiro disparado pelo grupo e faleceu em

seguida. Nenhum de seus pertences foi levado pelo grupo. Ainda se apura se o juiz foi vítima de uma execução contratada ou de latrocínio.

Seria mais uma das mortes trágicas que ocorrem diariamente no Brasil em decorrência da violência criminosa. Dois fatos geraram maior atenção para o caso. O primeiro, a condição de juiz da vítima, o que levantou suspeitas de que o crime poderia ser alguma retaliação por sua atividade de juiz. Antes do fim das investigações, não é possível descartar tal hipótese. O segundo, o fato de um dos algozes, Alcides, já ter sido denunciado por homicídio qualificado perante a Justiça pernambucana. Segundo notícias divulgadas pela imprensa, foi ele denunciado por ter participado de outro homicídio em janeiro de 2022 – desta feita, de uma mulher, com requintes de crueldade. Ele e

outros dois indivíduos seriam responsáveis pelo assassinato de Fabrynny Higo, na Praia de Gaibu, em decorrência de uma discussão sobre drogas. A mulher teria sido morta de maneira covarde e cruel, mediante “espancamento com pedaços de madeira e pedradas”. Alcides foi qualificado como membro de um grupo criminoso na região.



Se Alcides tivesse sido preso preventivamente em abril de 2023, talvez o juiz Paulo Torres não tivesse sido assassinado em outubro do mesmo ano

O Ministério Público havia requerido a prisão preventiva de Alcides pelo assassinato da mulher e pela vinculação com o crime organizado. No entanto, ainda em abril de 2023,

a prisão foi negada pelo juiz do caso. Apesar de ele reconhecer a presença de provas e a própria crueldade do assassinato, não teria, segundo ele, restado “materializado o princípio da atualidade (ou contemporaneidade), uma vez que consta dos autos que o crime foi consumado em 15/01/2022, ou seja, já decorreram quase 15 meses desde a suposta prática do crime”.

Embora a fundamentação cause surpresa ao leitor comum, ela até encontra alguma base legal no que dispõe o §1.º do artigo 314 do Código de Processo Penal (CPP), que estabelece que a prisão preventiva tem de se basear em “fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada”. Esta norma foi introduzida pelo Congresso Nacional em 2019 no CPP com o intuito de dificultar prisões em crimes de corrupção, como

uma reação à Lava Jato. Eu era ministro da Justiça na época, mas não consegui evitar essa alteração legislativa extravagante, sem correspondente em qualquer legislação estrangeira.

Entendo, particularmente, que o juiz errou e devia ter decretado a preventiva, já que os fatos indicavam que Alcides era um criminoso perigoso e que, se não encontrasse barreiras, voltaria a delinquir. Ainda assim, também errou o legislador em 2019, pois “textos revidam” e enfraquecer o combate ao crime com normas extravagantes cobra o seu preço de maneiras imprevistas.

Fico imaginando que, se Alcides tivesse sido preso preventivamente em abril de 2023, talvez

o juiz Paulo Torres não tivesse sido assassinado em outubro do mesmo ano.

O caso serve como exemplo para a equivocada política ultragarantista do governo federal e que infelizmente também contamina parte de nosso Judiciário.

Enfrentamos crises de segurança na Bahia e no Rio de Janeiro. Antes, neste mesmo ano, o Rio Grande do Norte também enfrentou desafios. Não é hora de temporizar com criminosos e adotar políticas ou tomar decisões que os favoreçam. Descriminalização, despenalização e desencarceramento não funcionam para diminuir a criminalidade. O poder vai até onde encontra limites. Isso é verdadeiro também em relação ao poder dessas quadrilhas criminosas. Se elas não encontrarem barreiras, irão se

fortalecer ao custo de vidas e patrimônio das vítimas. É necessário aumentar o rigor, na forma da lei, sem banguê-banguê ou ilicitudes, mas simplesmente aplicar a lei.

O principal responsável pela segurança é o governo federal, que tem de dar o tom no combate ao crime. Infelizmente, hoje o Ministério da Justiça e Segurança Pública está omissos ou perdido, com os postos-chave ocupados por pessoas que não entendem de segurança pública. Pior: a impressão que se tem é de que o Ministério da Justiça e da Segurança Pública está dominado por pessoas que entendem que combater o crime é uma política de opressão social, uma visão há muito tempo ultrapassada. Como se não bastasse, a prioridade do governo parece ser a de policiar as redes sociais ou de investigar adversários

políticos, deixando o crime organizado em segundo plano.

Agora, o Judiciário também tem a sua responsabilidade e precisa ser mais rigoroso na interpretação e aplicação da lei. O assassinato do juiz em Pernambuco é ilustrativo. Uma decisão errada, de deixar em liberdade um assassino acusado, gerou uma nova vítima. Certamente, não se pode generalizar. Há juízes mais rigorosos. Em um cenário de sucessivas crises de segurança e do aumento da criminalidade, o que se espera é que todos sejam mais sensíveis à necessidade de rigor antes que seja tarde demais. Isso não significa flexibilizar a presunção de inocência. A exigência de prova robusta é uma condição necessária antes da tomada de qualquer medida contra alguém investigado ou acusado por

crime. Preenchida essa condição, as cortes podem ser incisivas em suas decisões ou sentenças.

O Brasil precisa de uma reviravolta em sua política criminal. Por conta disso, elegi, como prioridade no meu mandato como senador, o fortalecimento da segurança pública. No contexto atual, é remar contra a maré. O crime não pode vencer o Brasil.



Autor: Sergio Moro é senador da República e professor universitário. Atuou como juiz da Operação Lava Jato, a maior investigação contra a corrupção já realizada e foi ministro da Justiça, quando combateu o crime organizado e a criminalidade violenta. É autor do livro “Contra o sistema da corrupção”. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da

Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Para Lula, meta dificilmente será alcançada porque não quer contingenciar obras e investimentos. | Foto: reprodução/Canal Gov

OPINIÃO

J.R. Guzzo

Governo Lula quer a manutenção e o aumento ininterrupto do déficit público

O déficit nas contas do governo, resultado direto de um poder público que tem como

prioridade máxima, ou como única razão de vida, gastar cada vez mais com si próprio, é um câncer. É a maior causa da concentração de renda no país – pela transferência bruta dos recursos da imensa maioria do povo brasileiro para a minoria que se alimenta do aparelho estatal. Faz os governos aumentarem os impostos o tempo todo, porque seu único “projeto de país” é gastar mais.

Só nos dez primeiros meses deste ano, que se completam agora, já arrecadaram mais de 2,5 trilhões de reais, nos níveis federal, estadual e municipal. Como, ainda assim, conseguem gastar mais do que arrecadam, vão buscar dinheiro no mercado de crédito, o que obriga o Banco Central a manter juros altos – e enriquecer cada vez mais, é óbvio, os

milionários que emprestam essa dinheirama toda.



Não é do interesse político e pessoal de Lula, e nem das forças que o apoiam, manter as finanças do país numa situação de equilíbrio.

O déficit impede que o Estado avance um centímetro na melhoria do ensino público, a única estratégia realmente séria para combater o subdesenvolvimento. Joga para dentro da máquina pública os recursos que teriam de ser usados na prestação de serviços à população. Em suma: nada produz mais desigualdade, pobreza e injustiça social do que o déficit.

Ao mesmo tempo, nada é mais rentável para os que mandam no Estado e se beneficiam com o

estouro permanente nas contas oficiais. É por isso, justamente, que os gatos gordos do poder público mantêm há décadas a situação como ela está – e travam uma luta de vida ou morte pela manutenção e pelo aumento ininterrupto do déficit. O campeão absoluto dessa filosofia de governo é o próprio presidente da República – o que dá uma ideia do buraco em que o Brasil está enfiado. Seu dever mais elementar é manter a integridade das contas do governo, algo indispensável para o crescimento econômico sadio e qualquer melhora efetiva na situação dos brasileiros mais pobres. Ele faz exatamente o contrário – não porque esteja cometendo algum erro técnico, mas por má intenção deliberada. Não é do seu interesse político e pessoal, e nem das forças que o apoiam, manter as finanças do país numa situação de equilíbrio.

O que quer é licença para continuar gastando cada vez mais.

É por isso que Lula acaba de anunciar que não vai cumprir, como é sua obrigação, a meta fiscal de 2024 – ou seja, já deu por perdidos os dois primeiros anos de seu governo, e não passou nenhum sinal de que alguma coisa vai mudar para melhor em 2025. O presidente não expôs uma situação de dificuldade, que o seu governo vai combater. Ao contrário: disse, com a cara de indignação permanente que deu para usar, que faz questão de romper a meta.

Ao lado da sua primeira-ministra Janja da Silva, como tem acontecido em quase todas as suas aparições em público, afirmou que um rombo de “0,5%”, ou “0,25%” não significa “absolutamente nada”. Meio por cento de quê,

ou de quanto? É um disparate gratuito. Também disse que não admite cortar “investimentos e obras” para respeitar a meta fiscal. Sério? Que investimentos? Que obras? Seu governo não foi capaz de montar, em dez meses, o projeto para construir uma única bica d’água. Mas quem está interessado na obra? Só há interesse na verba.

A recepção das declarações de Lula na mídia foi muito ruim – como se já estivesse começando a haver alguma impaciência com a sua fixação, cada vez mais esquisita, em espalhar divagações cretinas pelo Brasil e pelo mundo.

Uma parte julgou que o presidente foi irresponsável. Outra parte acha que ele exibiu mais uma vez sua ignorância sem limites. A tendência é que continue assim. Não há ninguém, no seu ministério e nas pessoas de

sua confiança, com coragem para lhe dizer que o rei está nu – mesmo porque a maioria tem certeza de que ele não está nu.



Autor: J.R.Guzzo é jornalista. Começou sua carreira como repórter em 1961, na Última Hora de São Paulo, passou cinco anos depois para o Jornal da Tarde e foi um dos integrantes da equipe fundadora da revista Veja, em 1968. Foi correspondente em Paris e Nova York, cobriu a guerra do Vietnã e esteve na visita pioneira do presidente Richard Nixon à China, em 1972. Foi diretor de redação de Veja durante quinze anos, a partir de 1976, período em que a circulação da revista passou de 175.000 exemplares semanais para mais de 900.000. Nos últimos anos trabalhou como colunista em Veja e Exame. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, e o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante: banco de fomento a indicou para o conselho da fundição multinacional Tupy. | Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

APARELHAMENTO

Governo Lula assume plano de interferir na gestão de empresas privadas

Por Rose Amantéa

A repercussão negativa da nomeação dos ministros Carlos Lupi (Previdência) e Anielle

Franco (Igualdade Racial) para o Conselho de Administração da catarinense Tupy, uma das principais fundições multinacionais, não intimidou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O banco estatal de fomento já tem programada uma nova leva de novas indicações para os colegiados de empresas onde tem participação.

A diretora da área de mercado de capitais e finanças sustentáveis do BNDES, Natália Dias, disse ao jornal "Valor" em setembro que haverá "outras mudanças ainda neste ano". O objetivo, segundo ela, é "maximizar" a participação nas empresas das quais o banco é sócio.

A postura é oposta à adotada nos quatro anos do governo de Jair Bolsonaro (PL). De 2019 a 2022,

o banco auxiliou o governo em processos de privatização de estatais. Em seu próprio quintal, vendeu participações em companhias e buscou ser um sócio discreto naquelas em que manteve alguma fatia.

Hoje o BNDES é sócio de 16 empresas abertas, das quais 11 são privadas. Além da Tupy, estão na carteira do banco JBS, Energisa, Eletrobras, Copel, Hidrovias do Brasil, Iochpe-Maxion, Coteminas, Springs Global Participações, Oi e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Em algumas, o governo pode ter direito a mais de um assento.

O aparelhamento da administração pública por meio de indicações políticas aos conselhos de administração das estatais é prática antiga e corriqueira, em especial, nos governos do

presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O método, porém, vem se intensificando na gestão atual com as nomeações para os cargos nas empresas privadas em que o governo tem participação acionária por meio do BNDES.

Foi o caso da indicação de Anielle e Lupi, em agosto, que provocou reações do mercado e críticas de opositores. Os dois ministros, cuja indicação foi contestada pela falta de experiência no setor e de preparo técnico, ocuparam os assentos pertencentes ao BNDESPar, braço de participações do BNDES, que detém 28,2% das ações da empresa. Cada um vai receber, no mínimo, R\$ 36.115,00 mensais como conselheiro, que serão somados ao salário de ministro.

Reportagem da **Gazeta do Povo** mostrou que a indicação dos dois ministros desrespeitou a própria política de indicações do BNDES para conselhos de empresas e entidades. aprovada poucos meses antes.

Nomeação mais política do que técnica gera apreensão, diz especialista

Alexandre Oliveira, conselheiro de administração e membro da Comissão de Estratégia do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), considera que o caso da Tupy não é apenas um retrocesso em termos de boas práticas, mas um ponto de inflexão, especialmente porque a companhia integra o grupo do Novo Mercado da B3, segmento que reúne empresas dotadas dos mais rígidos padrões de governança.

"Foi imposta a renúncia de dois conselheiros técnicos habilitados com conhecimento do setor de metalurgia para entrada de pessoas despreparadas numa indústria privada internacional", ressalta Oliveira. Isso colocou em xeque, avalia o conselheiro, os mecanismos de controle e a credibilidade da empresa.

Em relação às novas indicações, Oliveira afirma que será preciso intensificar a vigilância para que não haja uma "tupynização" das empresas com participação pública. "Uma nomeação percebida como mais política do que técnica gera apreensão quanto ao tipo de decisões que vão ser tomadas, já que o objetivo do conselho é preservar e gerar valor para a empresa", salienta.

"É preciso lembrar que o governo, como acionista, tem direito às indicações. O ponto é a qualificação dos indicados. A sociedade precisa ficar atenta para impedir nomeações que comprometam as decisões da empresa ou aumentem o risco de corrupção e práticas antiéticas", alerta.

Nas estatais, flexibilização da lei facilita indicações políticas

Na avaliação do conselheiro, a estratégia do governo tem como pano de fundo a flexibilização da Lei das Estatais, que disciplinou o processo de indicação para cargos em empresas públicas ou de economia mista.

Aprovada em 2016, no governo Michel Temer, na esteira da Operação Lava Jato, que revelou

um esquema de propina na Petrobras, a legislação foi considerada um avanço institucional. "A Lei das Estatais atende recomendações e padrões reconhecidos internacionalmente, que agora vêm sendo desmontados", afirma Oliveira.

Em dezembro do ano passado, com o apoio do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-PL), a Câmara aprovou um projeto de lei para afrouxar as normas. O Senado resistiu às mudanças e o PCdoB, aliado de Lula, entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF).

Em março, o julgamento começou no plenário virtual e o ministro André Mendonça pediu vista. O PCdoB recorreu alegando urgência e o ministro Ricardo Lewandowski concedeu

liminar que derrubou a quarentena de três anos imposta pela lei a dirigentes políticos em cargos de direção de estatais e companhias de economia mista. A decisão permitiu a indicação de Aloizio Mercadante (PT) à presidência do BNDES.

Em abril, o BNDES retirou todos os conselheiros independentes das empresas onde tem participação e nomeou no lugar funcionários do banco para cumprir um mandato-tampão. A avaliação do mercado é que estejam aguardando a Lei das Estatais ser derrubada de vez para que o governo possa fazer as indicações que desejar.

Favorecimento a companheiros e intervenção nas empresas

Para especialistas ouvidos pela Gazeta do Povo, o viés intervencionista do governo pode ser avaliado por dois ângulos. Por um lado, o do favorecimento a "companheiros" de partido e complementação de renda para aliados da administração pública. Em artigo, o ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Marcelo Trindade, chegou a classificar as indicações aos conselhos como um "bico de luxo" para apadrinhados.

O segundo ângulo, consolidado na nova gestão do BNDES sob a presidência de Mercadante, é o político, e se relaciona com o projeto de conquistar mais poder de decisão em conselhos

e diretorias executivas, de forma a ampliar o papel do Estado na economia.

Núbia De Paula, coordenadora da Gran Faculdade e especialista em Direito Público, considera mais grave o segundo. "O problema maior nem são os R\$ 30 mil ou R\$ 40 mil pagos aos conselheiros, mas o aparelhamento e intervencionismo na iniciativa privada", diz.

As indicações servem como prêmios para aliados e moeda de troca de apoio político para pautas de interesse do governo, acredita a professora. A contrapartida para as empresas é a proximidade com o governo, com facilitação de financiamentos, transferência de know-how ou networking para influência e favorecimentos. "As grandes empresas querem essa aproximação. É uma troca política", avalia.

Há, porém, um custo não apenas para os negócios, mas também para a credibilidade da empresa junto a investidores. No caso da Tupy, as ações da empresa na B3 caíram 3% na época do anúncio da nomeação de Anielle e Lupi. "O conselho de administração é o 'coração' de uma empresa. Como podem pessoas que não tem experiência e conhecimento do setor definir o futuro de uma empresa? ", questiona De Paula.

Lula tenta influenciar decisões das maiores empresas do país

O alto grau de intervencionismo do governo Lula contrasta com a gestão de Jair Bolsonaro. No BNDES, a gestão passada buscou reduzir as participações em companhias, com venda massiva de ações. E, nas empresas em que se

manteve como sócio, o banco buscou não interferir.

Desde que assumiu, Lula já tentou direta ou indiretamente influenciar os rumos de algumas das maiores empresas brasileiras.

Tentou emplacar o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega como CEO da Vale, maior empresa privada do país, mas esbarrou na reação do conselho da empresa, que construiu sólida governança desde a privatização.

Na Eletrobras, privatizada em 2022, o governo quer aumentar sua participação no conselho de administração. A tentativa, nesse caso, por meio de ação no Supremo Tribunal Federal (STF).

Para a Petrobras, Lula teve dois indicados rejeitados pelo conselho de administração, e depois considerados inelegíveis pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na paranaense Copel, privatizada em agosto, o governo tentou, via BNDES, impedir a migração da empresa para o Novo Mercado da B3.

Segundo o bnaco, a migração "diluiria os interesses econômicos e políticos do BNDESPar na companhia".



[Voltar ao índice](#)



Ditadura de Nicolás Maduro alega que a Venezuela tem soberania sobre 70% do território da Guiana e convocou referendo que fala sobre criar novo estado na região | Foto: EFE/Carlos López

DISPUTA PELO ESSEQUIBO

Discurso agressivo da Venezuela e referendo aumentam temor de guerra com a Guiana

Por Fábio Galão

Uma disputa que se arrasta desde o século XIX ganhou temperatura nos últimos meses e gera

temores de que o mundo esteja prestes a enfrentar mais uma guerra, desta vez, na América do Sul.

Com uma retórica cada vez mais agressiva e um referendo no qual pretende consultar a população sobre quais medidas deve tomar sobre o assunto, o governo da Venezuela eleva as tensões na disputa na qual reivindica soberania sobre mais de 160 mil quilômetros quadrados de território da vizinha Guiana a oeste do rio Essequibo, que correspondem a cerca de 70% do território guianense.

Caracas argumenta que a área é parte do seu território porque, durante o período colonial, ela integrou a capitania geral da Venezuela.

Após o domínio espanhol, a região foi administrada pelos holandeses a partir de 1648 (bem antes, portanto, da Venezuela declarar independência da Espanha, o que ocorreu em 1811) e pelo Reino Unido a partir de 1814.

Em 1899, uma sentença arbitral em Paris conferiu a soberania sobre a região ao Império Britânico, de quem a Guiana ainda era colônia.

Em 1962, a Venezuela entrou com um processo nas Nações Unidas para contestar a decisão de 1899. Em 1966, ano em que a Guiana obteve sua independência do Reino Unido, foi assinado o Acordo de Genebra, que determinou o controle da área pelos guianenses, mas admitiu a contestação da Venezuela. A disputa deveria ser resolvida em quatro anos, mas isso não aconteceu.

As negociações não avançaram nas décadas seguintes e a disputa chegou a ser arquivada durante o governo de Hugo Chávez (1999 - 2013), mas a Venezuela voltou a apresentar a demanda depois que a empresa americana ExxonMobil descobriu grandes reservas de petróleo no mar territorial guianense, em 2015.

Em abril, a Corte Internacional de Justiça (CIJ), sediada em Haia, na Holanda, rejeitou os argumentos da Venezuela, que havia exposto várias razões de forma escrita e oral para solicitar ao tribunal que declarasse “inadmissíveis” as alegações da Guiana, enquanto esta tinha pedido para a corte “rejeitar as objeções preliminares” de Caracas e avançar para o mérito do caso, que ainda não foi decidido.

Nos últimos meses, a ditadura de Nicolás Maduro criticou a Guiana por “recusar o diálogo” e por realizar uma licitação de blocos de petróleo na área contestada.

Este mês, a Venezuela deu a cartada mais agressiva até o momento, ao anunciar um referendo, marcado para 3 de dezembro, no qual a sua população deverá responder se concorda com cinco medidas: rejeitar a sentença arbitral de Paris de 1899; apoiar o Acordo de Genebra de 1966 como o único instrumento jurídico válido sobre a questão; não reconhecer a competência da CIJ para resolver a disputa; se opor à exploração do mar territorial da área pela Guiana; e a criação do estado venezuelano da Guiana Essequiba na região.

Considerando o histórico chavista de manipulação e fraudes eleitorais, o resultado certamente será o que o Maduro deseja. Não bastasse a última pergunta do referendo falar claramente em anexação de 70% do território guianense, o discurso da ditadura venezuelana sobre a questão vem se tornando mais beligerante.

No final de setembro, a Força Armada Nacional Bolivariana da Venezuela (Fanb) afirmou no X que “ratifica de forma contundente o seu compromisso com o povo, na defesa do direito histórico sobre o Essequibo”. “Nós, os soldados bolivarianos, permaneceremos firmes diante de qualquer pretensão e agressão que pretenda minar a paz”, apontou o comunicado.

Também nas redes sociais, Vladimir Padrino López, ministro da Defesa da Venezuela,

escreveu que além de “violar” o Acordo de Genebra de 1966, a “Guiana concedeu concessões a empresas transnacionais em blocos que penetram espaços exclusivamente venezuelanos”.

“Agora, graças à contundência da Fanb em defesa da nossa soberania, eles podem ter certeza de que obterão uma resposta proporcional, oportuna e legítima para defender o que é nosso. Viva a Venezuela!”, escreveu López.

Recentemente, a Venezuela reafirmou uma acusação de que os Estados Unidos pretendem criar uma base militar na Guiana, algo que Washington e Georgetown já haviam negado.

Guiana, EUA e órgãos internacionais reagem

Em comunicado, o governo da Guiana disse que o referendo e outras ações do regime de Maduro podem afetar “a segurança do Estado da Guiana e, por extensão, da região do Caribe”.

As autoridades guianenses disseram que o objetivo de Caracas é “nada menos que a anexação do território da Guiana, em flagrante violação das normas mais fundamentais da Carta das Nações Unidas, da Carta da OEA [Organização dos Estados Americanos] e do Direito Internacional”.

“Tal confisco do território da Guiana constituiria um crime internacional de agressão”, apontou o comunicado.

Este mês, Georgetown já havia solicitado uma explicação à Embaixada da Venezuela na Guiana a respeito de movimentações de tropas perto da fronteira entre os dois países – Caracas respondeu que o objetivo dessas ações era “coibir operações de mineração ilegais”.

O secretário-adjunto de Estado para Assuntos do Hemisfério Ocidental dos Estados Unidos, Brian Nichols, denunciou a escalada de hostilidades da Venezuela na disputa com a Guiana. “Condenamos veementemente as ameaças não provocadas e injustificáveis da República Bolivariana da Venezuela, que buscam minar os princípios de boa vizinhança e soberania, e reconhecemos o direito da Guiana de acolher investidores e desenvolver os seus recursos naturais”, declarou Nichols.

Em nota, a OEA criticou o referendo anunciado pela Venezuela “porque é ilegal de acordo com o Acordo de Genebra de 1966, e porque usos indevidos semelhantes deste instrumento serviram de pretexto no passado recente para tentar justificar as piores ações entre Estados, incluindo o crime de agressão”.

A ONG venezuelana Controle Cidadão apontou que o tom “irredutível” dos governos dos dois países e a decisão da Venezuela de seguir adiante com o referendo indicam que a disputa pode levar a um conflito militar.

“É previsível que o envio de unidades militares pela Força Armada Nacional Bolivariana aumente em direção à frente do Essequibo, uma vez que o teatro de operações foi definido pelo comando militar. Os perigos de uma escalada do

conflito estão latentes neste momento”, alertou.

Para especialista, Maduro visa objetivos internos

Alguns especialistas, entretanto, não acreditam que a tensão entre Venezuela e Guiana possa escalar até o nível de um confronto militar.

Em entrevista à Gazeta do Povo, o analista militar e coronel da reserva Paulo Roberto da Silva Gomes Filho disse que não vislumbra essa possibilidade e que a “retórica inflamada” de Maduro e a convocação do referendo sobre o Essequibo “atendem aos objetivos da política doméstica do governo venezuelano, de tentar unificar a opinião pública em torno de uma causa nacionalista”.

Ele afirmou que, dada a grave crise econômica na Venezuela, o chavismo teria grandes dificuldades para travar uma guerra.

“As informações disponíveis dão conta de que boa parte dos sistemas e materiais de emprego militar venezuelanos estão indisponíveis para o uso por manutenção deficiente, certamente um reflexo das dificuldades econômicas que o país atrevesa”, disse Gomes Filho.

“É bastante provável que haja uma escassez de munições, uma vez que seus principais fornecedores estão com as atenções concentradas na Ucrânia e no Oriente Médio. Respondendo objetivamente, não creio que [a Venezuela] tenha condições [de entrar num conflito armado]”, afirmou o analista militar.

Parceiros venezuelanos, a Rússia e o Irã já venderam armas para Caracas, como as recentes entregas de drones iranianos, mas Gomes Filho apontou que ambos teriam dificuldades para apoiar a Venezuela “de forma decidida” devido às guerras atuais na Ucrânia e no Oriente Médio.

Entretanto, o especialista acredita que uma intervenção dos Estados Unidos em defesa da Guiana certamente aconteceria em caso de guerra. “Seria um conflito no Hemisfério Ocidental, no entorno do Caribe, área vital para a segurança dos EUA”, justificou.



[Voltar ao índice](#)



PCC e Hezbollah trocam experiências com armas, treinamentos militares e na capitalização para financiamento de ações criminosos | Foto: Polícia Federal

APOIADOR DO HAMAS

PCC-Hezbollah: conexão investigada há 23 anos tem treinamento armado e financiamento de terrorismo

Por Juliet Manfrin

As conexões entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Hezbollah são investigadas no Brasil desde o ano 2000, mas só se tornaram

públicas na última década após uma operação da Polícia Federal.

As investigações apontam que a maior facção criminosa da América Latina, o PCC, se aliou ao grupo terrorista libanês, que apoia o Hamas na guerra contra Israel, para operações na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, em Foz do Iguaçu (PR).

Além disso, a parceria entre PCC e Hezbollah também teria braços de atuação nos portos brasileiros para o transporte ilegal de drogas, armas e munições exportadas e importadas pelo crime organizado no Brasil.

A Polícia Federal brasileira tem evidências da presença de membros do Hezbollah no país, conforme relatórios de segurança emitidos nos

últimos anos. A reportagem da Gazeta do Povo apurou que a parceria tem quase duas décadas com envio de armas pelos terroristas para o PCC, além de treinamento de faccionados com técnicas de guerrilha. Em contrapartida, o Primeiro Comando da Capital auxilia o grupo extremista na capitalização e investimentos para financiamento das ações do Hezbollah, inclusive, por meio do tráfico internacional de drogas.

Após o ataque terrorista do Hamas com mortes e sequestros de civis em Israel, no início deste mês, o Hezbollah voltou às manchetes internacionais com elevada tensão na fronteira da Faixa de Gaza, ao Sul do Estado de Israel, onde se concentra a contraofensiva do Exército israelense contra o Hamas e as negociações para a entrada de ajuda humanitária aos palestinos.

Mas o Norte também preocupa Israel por causa da fronteira com o Líbano, onde o Hezbollah atua e é considerado um grupo ainda mais agressivo, com alto poderio armamentista e preparado para abrir para segunda frente de batalha em apoio ao Hamas. Se isso acontecer, as forças israelenses seriam divididas e o novo cenário poderia potencializar o risco de outros países entrarem na guerra, como o Irã, inimigo histórico do Estado de Israel.

Procurado, o Ministério da Justiça e Segurança Pública do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse apenas que o “tema deveria ser tratado com a Polícia Federal”. A PF, no entanto, respondeu que estava analisando a demanda, mas não se manifestou até a publicação desta reportagem.

Como Hezbollah e PCC se encontraram?

Em 2008, surgiu o primeiro alerta da relação criminosa depois que uma operação da PF identificou ligações e parcerias. Na época, as investigações apontavam que a aproximação teria ocorrido dois anos antes, ainda em 2006, focada na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina e não por acaso.

A região concentra uma das maiores comunidades vindas do Oriente Médio, conciliada à facilidade logística proporcionada pelas fronteiras, por onde o PCC transporta drogas, armas, munições e amplia suas ações para outros segmentos ilícitos, como o contrabando bilionário de cigarros.

Há uma década, o alerta foi tema de debate no Congresso Nacional com informações de que os “serviços de inteligência brasileiros reuniam uma série de indícios de que traficantes se associaram a criminosos de origem libanesa, ligados ao Hezbollah, organização com atuação política e paramilitar fundamentalista islâmica xiita, sediada no Líbano” e que “relatórios da Polícia Federal apontavam que esses grupos teriam se ligado ao PCC”.

À época, o terceiro vice-presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, o então deputado João Campos (PSDB-GO) alertava que pouco vinha sendo feito pelo governo e instituições no sentido de enfrentamento aos núcleos terroristas em território nacional, usando como exemplo a ligação entre PCC e o Hezbollah. Só em 2016, o

Brasil aprovou a Lei 13.260 que passou a disciplinar o terrorismo e reformulou o conceito de organização terrorista.

Na prática, os operadores da lei têm avaliado que ela foi feita para não funcionar diante da grande preocupação em não criminalizar movimentos "populares", com ênfase neste caso ao próprio Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

É preciso enfrentamento com rigor, defende promotor que investiga o PCC

Quem enfrenta legalmente o crime organizado sente na pele a ausência de medidas mais severas no combate às facções. O promotor do Gaeco de São Paulo, Lincoln Gakiya, reforça que são necessários mecanismos para que o Estado

brasileiro e as instituições consigam atuar, livremente, no combate contra as organizações.

Segundo ele, os Estados Unidos já consideram o PCC uma organização criminosa de risco ao país como tem classificado o próprio Hezbollah e cartéis mexicanos. O PCC tem se fixado como um dos maiores traficantes de cocaína do mundo. Além do grupo extremista libanês, a PF tem alertado para a parceria da facção brasileira com máfias de diversos cantos do planeta, com retorno financeiro expressivo e maior influência.



[Voltar ao índice](#)



Arranha-céus no distrito financeiro de Madri, na Espanha: liberdade econômica produz riqueza | Foto: Kiko Huesca/EFE

LIVRE MERCADO

O que é o “Manifesto Capitalista”, elogiado por Elon Musk

Por Gabriel de Arruda Castro

Duas décadas atrás, o historiador Sueco Johan Norberg fez sucesso com um livro que apresentava o capitalismo como superior a

todas as alternativas. 'Em Defesa do Capitalismo Global' demonstrou como o avanço do livre mercado e do comércio internacional levou o mundo a um período de progresso sem precedentes.

Agora, Norberg volta à carga com o seu recém-lançado 'Manifesto Capitalista — por que o Livre Mercado Global vai Salvar o Mundo', ainda sem tradução em português.

A obra recebeu elogios do bilionário Elon Musk, fundador da Tesla e dono do X (antigo Twitter). “Este livro é uma explicação excelente de como o capitalismo não é apenas bem-sucedido, mas moralmente correto”, ele escreveu em 23 de outubro.

O título do livro é uma referência ao 'Manifesto Comunista', de Karl Marx e Friedrich Engels, publicado em 1848. Nele, os autores pregam uma revolução violenta e dizem que "os proletários nada têm a perder a não ser suas correntes."

O livro de Norberg mostra que, há muito, boa parte dos trabalhadores deixou as correntes sem que fosse preciso fazer uma revolução armada.

Por que o capitalismo venceu

O “manifesto” no título da obra de Norberg é na verdade uma reapresentação dos argumentos clássicos a favor do capitalismo. Justamente por se basear em dados empíricos e não em uma ideologia que pretende reunir adeptos, o texto

não aparece na forma panfletária ilustrada por Marx e Engels.

Mas é possível produzir um resumo baseado nos argumentos centrais do livro.

- 1. O capitalismo é, de longe, o melhor sistema econômico para combater a miséria.
- 2. A explosão na geração de riquezas nos 200 anos tornou o mundo mais saudável, mais pacífico e mais educado.
- 3. O dinheiro traz felicidade – as pessoas são mais felizes nos países capitalistas.
- 4. O governo não deve financiar o setor privado.
- 5. O mundo seria pior sem os super-ricos.

- 6. O socialismo não funciona porque a centralização destrói a eficiência econômica.
- 7. A preservação do meio-ambiente depende da inovação gerada pelo capitalismo.

O livro também inclui um capítulo dedicado a responder às objeções da direita antiliberal segundo a qual o capitalismo, embora eficiente economicamente, leva à degradação social e ao abandono da virtude. Esse tipo de argumento se tornou mais frequente na última década. "O mercado vai sempre atingir o resultado econômico mais eficiente, mas algumas vezes o resultado econômico mais eficiente vai contra o bem comum e o interesse nacional", disse o senador republicano Marco Rubio em 2019.

Norberg, entretanto, afirma que o progresso material não está ligado à decadência moral. Na verdade, diz ele, os países mais prósperos são também os mais generosos e caridosos. O princípio é o de que, quando se tem dinheiro, é possível se preocupar com outras coisas que não o dinheiro.

Fora isso, os argumentos do novo livro de Norberg — pesquisador do Instituto Cato, um think tank libertário em Washington — são muito parecidos com os de 20 anos atrás. Na verdade, os avanços promovidos pelo livre mercado prosseguiram desde que “Em Defesa do Capitalismo Global” foi lançado. Norberg mostra que, entre 2000 e 2022, o índice de pobreza extrema passou de 29,1% para 8,4% da população mundial.

Uma mensagem repaginada

Se o novo livro não traz grandes novidades, por que publicá-lo? Segundo Norberg, porque de tempos em tempos as pessoas parecem se esquecer do benefício da liberdade econômica. O escritor afirma que a pandemia provocou uma retração do capitalismo mundo afora. Políticos de esquerda e direita parecem reticentes quanto ao poder do livre mercado.

“Pelo menos a cada 20 anos nós precisamos de um manifesto capitalista que argumente a favor da liberdade econômica, aplicado aos problemas e conflitos da era presente”, Norberg escreve.

O livro traz um relato convincente, acompanhado por dados que demonstram os benefícios de uma economia livre. É verdade que

a obra tem algumas passagens questionáveis. Uma delas pede pela rejeição do que Norberg chama de “guerra cultural”, como se a economia fosse o único tema relevante para o convívio humano. Além disso, o autor talvez exagere no otimismo ao dizer que a China vai se democratizar (há 20 anos ele errou, mas redobrou a aposta agora). Norberg por vezes parece crer que o capitalismo é a solução de todos os problemas, inclusive os não-econômicos.

Mas a mensagem em favor do livre mercado é irrefutável. Ainda que algumas das lições acabem esquecidas e seja preciso publicar um novo manifesto capitalista daqui 20 anos.



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- [Dinamarca “força” integração de imigrantes rumo à meta de não ter guetos em 2030](#)
- [Proporção de católicos cai no mundo, mas cresce na África e Ásia onde há mais perseguições](#)
- [ONGs querem politizar critérios para avaliar estudantes no Brasil](#)
- [Pequenas e médias empresas têm caminho aberto para baixar conta de luz em 2024](#)
- [Lula culpa “mercado ganancioso” por cobrar meta que o próprio governo inventou](#)
- [Pegasus: sondada pela Polícia Federal, arma cibernética é mais invasiva que a usada pela Abin](#)

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Glaydson Donadia e Marcela Mendes. Estagiária: Maria Eduarda Souza Mendes. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice